

Reunião da Extraordinária da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades

Dia 16/03/11 – das 14:30h às 17:00h, Ministério das Cidades

Participantes:

Mário Negromonte – Ministro das Cidades

Roberto Muniz – Secretário Executivo do Ministério das Cidades

Marta Morosini – Secretária-Executiva do Conselho das Cidades

Tereza Góes - Socióloga da Secretaria do Conselho das Cidades

Bartíria Perpétua – Conselheira representante do Movimento Popular (CONAM)

Gilberto Aguiar – Conselheiro representante do Movimento Popular (MNLM)

Herivelto Jamerson - Conselheiro representante dos Empresários (ANAMACO)

Irene Mergener Cunha – Conselheira representante da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Jurandir Guatassara – Conselheiro representante do Poder Público Municipal (FNP)

Marcos Cosmo – Conselheiro representante do Movimento Popular (UNMP)

Mércia Alves – Conselheira representante das Organizações não Governamentais (Cendhec)

Nazareno Stanislau – Conselheiro representante dos Acadêmicos (ANTP)

Paulo Ruben Cohen – Conselheiro representante do Movimento Popular (CMP)

RELATO

O Ministro Mário Negromonte, ao início da reunião, cumprimentou os presentes e solicitou aos participantes que se apresentassem.

Ministro Mário Negromonte

Relatou que está iniciando a reestruturação do Ministério, buscando uma melhor articulação entre as quatro Secretarias Nacionais e destas com o Conselho. Além de uma boa gestão, deseja construir um diálogo com os diversos segmentos da sociedade, representada pelo Concidades. Ressaltou que há muitos gargalos que precisam ser superados para aprimorar as decisões em torno das políticas do Ministério. Finalizou dizendo que está muito atento às propostas do Conselho e do Fórum da Reforma Urbana e que espera contar com a colaboração de todos.

Conselheira Bartíria Perpétua

Afirmou que a Coordenação Executiva do Concidades precisa ser mais pró-ativa ao propor a pauta e monitorar o andamento das resoluções. Acha inadmissível o argumento de que certas resoluções não serão aceitas pela Consultoria Jurídica. Relatou que os principais problemas do Concidades são provenientes do seu caráter não deliberativo e da paralisação da discussão do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Ressaltou a importância da estabilidade da equipe da Secretaria Executiva do Conselho, uma vez que ela já sofreu muitas mudanças, que são altamente prejudiciais à continuidade das atividades do Concidades. A mesma situação da falta de consolidação do pessoal ocorre nas Secretarias Nacionais e por conta disto, programas fundamentais como o Plansab não avançam.

Conselheira Mércia Alves

Relatou as dificuldades políticas da Coordenação Executiva, que a rigor, a política de desenvolvimento urbano não é debatida com o Concidades, como ocorreu com o programa Minha Casa Minha Vida. Relatou que os conselheiros encontram-se fragilizados pela falta de diálogo.

Relacionou alguns pontos importantes para a agenda do Conselho:

- Retomar a discussão do Balanço da 3ª Gestão.
- Retomar a discussão das Resoluções da 4ª Conferência.
- O lugar que o tema do orçamento vai ocupar no Concidades (uma vez que o orçamento não é transparente e o Conselho não tem participação no processo).
- A melhora do diálogo com as Secretarias Nacionais (principalmente com a Semob e com a SNSA), e também que melhore a articulação entre elas.
- Participação na elaboração do PPA, para consolidar a implementação das resoluções da 4ª Conferência.

Conselheira Irene Mergener Cunha

Reiterou a necessidade do Concidades de participar do PPA.

Conselheiro Paulo Cohen

Cobrou uma atitude em relação à empresa de apoio logístico que atende à Secretaria-Executiva do Conselho, uma vez que a mesma não presta adequadamente os serviços. Reclamou da freqüente ausência dos Secretários Nacionais nas reuniões da Coordenação Executiva e nas do Conselho.

Ministro Mário Negromonte

Declarou que para cada assunto, vão ser chamados os técnicos para discutir com os conselheiros.

Conselheiro Nazareno Stanislau

Relacionou suas reivindicações:

- Os Secretários Nacionais têm que participar da Reunião da Coordenação Executiva, que é o momento crítico para planejar a Reunião do Conselho.
- Dinamizar a elaboração das atas, que só são recebidas na véspera das reuniões.
- Melhorar a comunicação com as bases, já que o site do Ministério é muito falho.
- A situação das reuniões do Comitê de Mobilidade está crítica, na última houve a participação de apenas um técnico da Secretaria.

Lembrou que o Conselho não quer administrar o Ministério, mas sim monitorar o andamento das resoluções aprovadas. Não identifica o conteúdo das resoluções aprovadas na 4ª Conferência no dia a dia do Ministério.

Conselheiro Gilberto Aguiar

Discorreu sobre o histórico do Ministério, sua instituição que atendeu à reivindicação dos movimentos pela reforma urbana, a primeira e a segunda gestões e seus avanços, inclusive a organização e a atuação do Concidades. Lembrou, a seguir, as dificuldades do corpo funcional constituído pelos terceirizados, que estão trabalhando sem receber. Comentou, ainda, as deficiências da empresa que presta apoio logístico à Secretaria Executiva do Conselho.

Conselheiro Marcos Cosmo

Também abordou o histórico da relação entre o Ministério e o Concidades. Relatou que a experiência adquirida neste período, de detectar os problemas urbanos com vários olhares, foi “espetacular” e que o passo seguinte é traduzir este acúmulo em ações concretas. Perguntou o quê terá sido efetivado quando chegar a 5ª Conferência.

Ministro Mário Negromonte

Garantiu que vai haver uma forte parceria, pois assume o papel de ouvir e fazer um jogo sincero, e o objetivo é que a sociedade saia ganhando.

Conselheiro Herivelto Jamerson

Ressaltou a necessidade de o Concidades ser instituído por lei. Chamou a atenção para um problema do Ministério, que é a falta de agências estaduais, como têm outros órgãos, a fim de melhorar o atendimento na ponta. Reivindicou a integração com os outros ministérios, a exemplo do que ocorreu durante a Conferência Nacional de Saúde Ambiental. Explicou, ainda, a importância do Concidades, que, por exemplo, foi capaz de alterar alguns conteúdos altamente prejudiciais ao desenvolvimento urbano do PL 3057, em sua tramitação no Congresso Nacional.

Ministro Mário Negromonte

Lembrou que projetos de lei de interesse do Concidades podem ser encaminhados por meio do seu partido ou do Planalto.

Conselheiro Jurandir Guatassara

Frisou a extraordinária importância do Concidades, ao principiar os debates que antecipam as políticas do Ministério. Ele funciona como uma caixa de ressonância para todo o país, abrindo espaço para todas as teses e contraditórios e presta, assim, o serviço de construir a política nacional de desenvolvimento urbano. Mesmo quando aparentemente não houve atuação por parte do Concidades, como aconteceu em relação ao programa Minha Casa Minha Vida e vários outros, muitas idéias são consequência das discussões ocorridas em seu âmbito. Pediu atenção e iniciativas para temas como o PL 3057 e a implementação dos planos diretores, matérias tornadas urgentes face aos cada vez mais frequentes desastres climáticos nos meios urbanos. Afirmou que o Ministério das Cidades possui instrumentos para corrigir legislações estaduais equivocadas, por meio da emissão de leis federais.

Conselheira Bartíria Perpétua

Acentuou que a questão dos recursos é fundamental, pois não deve haver diminuição da participação do Conselho. Sugeriu que alguns segmentos assumam o custeio de seus representantes. Quanto à participação dos suplentes, ela é necessária para os trabalhos do Concidades, principalmente nos Comitês, e está regulada no Regimento. Anunciou a urgência da construção do Plano Nacional de Prevenção aos Desastres Climáticos, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, lembrando ainda que os conselheiros não acompanham a atuação dos Estados e o uso dos recursos diante das catástrofes.

Secretário Roberto Muniz

Afirmou que a relação entre o Conselho e o Ministério sucede no domínio da política, numa esfera que aprecia e necessita de diálogo, e os dois têm a mesma angústia de que as políticas públicas alcancem a sociedade. Mesmo durante a ocorrência de um processo de mudança, o espaço de debate não vai retroagir. O corpo técnico do Ministério é muito competente, mas não cresceu diante do quadro de expansão econômica, o que constitui um entrave para a fiscalização e o diálogo. Declarou que o Conselho pode contar com o apoio do Ministro, da Secretária Marta e dele próprio. Assegurou que o momento de contenção de gastos vai ser superado e que a parceria entre o Ministério e o Conselho será vitoriosa.

Secretária Marta Morosini

Declarou que os encontros com o Fórum da Reforma Urbana e com a Coordenação Executiva do Conselho superaram as expectativas, e comunicou alguns encaminhamentos que resultaram

das interlocuções:

- Realização de uma comparação com outros Conselhos, a fim de aprofundar o entendimento sobre o caráter deliberativo dos conselhos.
- O Secretário Roberto Muniz já providenciou medidas para incrementar o diálogo entre as Secretarias.
- Será estabelecida uma metodologia para incrementar a transparência.
- Iniciar a busca de patrocínios.
- Serão tomadas providências para que as atas sejam divulgadas com maior rapidez.
- Vai melhorar a divulgação das atividades do Concidades.
- Estão sendo tomadas as providências a respeito do programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.

Conselheira Irene Mergener Cunha

Informou que o Portal Federativo – WWW.portalfederativo.gov.br é muito interessante e divulga informações sobre as políticas públicas para facilitar a gestão municipal.

Ministro Mário Negromonte

Encerrou a reunião manifestando que deseja uma relação sincera e leal com o Concidades e que vai valorizar a informação respeitando os devidos créditos.